



INCLUSÃO E APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE CASO EM UM CURSO DE PEDAGOGIA

Elivana Vieira de Souza¹

Mara Lúgia da Silva²

Joabe Araújo Oliveira³

Dr^a Giovana Maria Belém Falcão⁴

RESUMO

A inclusão dos alunos com deficiência no ensino superior é processo recente em nosso país, pois é somente a partir dos anos 2000 que são instituídas políticas públicas específicas para esse determinado grupo. Não basta apenas a garantia do acesso, é preciso assegurar a permanência e a aprendizagem de todos os universitários. Como vem acontecendo a aprendizagem de estudantes com deficiência no ensino superior? A questão resultou nesta pesquisa que tem por objetivo refletir acerca da aprendizagem de uma estudante com síndrome de down em um curso de pedagogia. O estudo de natureza qualitativa, faz parte de uma investigação mais ampla e se configura como estudo de caso. Para a produção dos dados aplicou-se questionários com os professores do colegiado do curso de Pedagogia de uma universidade pública e ouviu-se por meio de relatos, desenhos, escritas de textos, falas e depoimentos uma estudante universitária que possui Síndrome de Down. A investigação revelou que muitos são os desafios enfrentados no curso para que a inclusão se efetive, dentre eles destacam a fragilidade na formação dos professores, os docentes revelam por sua vez um desejo de ampliar seus saberes para uma atuação mais inclusiva. A estudante não faz menção aos ganhos na aprendizagem, porém, em suas falas os avanços ficam nítidos quando se expressa oralmente demonstrando um vocabulário rico, com termos próprios da área da educação. Considerando que as universidades são lócus de formação docente, essa deve possibilitar a construção de mudanças para que a educação possa se tornar de fato inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão no Ensino Superior, Aprendizagem, Formação Docente.

INTRODUÇÃO

A inclusão dos alunos da educação especial no ensino superior constituiu-se processo recente em nosso país, decorrente de legislações que se deram de modo tardio, pois é somente nos anos 2000 que temos políticas específicas. Os princípios fundamentais do processo de inclusão foram instituídos na Conferência Mundial de educação especial (1990) e na declaração de Salamanca (1994), conferências que destacam a educação como direito de

¹ Graduando do Curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará- UECE, elivana.vieira@aluno.uece.br

² Graduando do Curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará-UECE mara.silva@aluno.uece.br

³ Graduando do Curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará-UECE joabe.araujo@aluno.uece.br

⁴ Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, giovana.falcao@uece.br;



todos, sendo atribuídos aos sistemas educacionais proporcionarem uma educação que dê respostas às necessidades educacionais de todos os alunos, promovendo uma educação justa e igualitária.

No Brasil é a partir dos anos de 1990 que foram criadas legislações mais direcionadas às pessoas com deficiência. Em relação as políticas públicas brasileiras podemos citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/1996, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva de 2008, que ressalta que a educação especial perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino de maneira transversal. No ensino superior, a Lei 13.409 de 28 de dezembro de 2016 dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das Instituições Federais de ensino, alterando a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012.

Decorrente dos marcos legais, surgem alguns programas que favorecem à inclusão no ensino superior, como o Programa de Acessibilidade no Ensino Superior – INCLUIR de 2005, que tem como “ objetivo de promover ações para eliminar barreiras físicas, pedagógicas e de comunicação, a fim de assegurar o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas instituições federais de educação superior” (BRASIL, 2013).

Tais políticas públicas resultaram no aumento de números de matrículas de pessoas com deficiência, inclusive no ensino superior. No entanto, apesar da existência de leis que assegurem o acesso das pessoas com deficiência às universidades, há ainda nestas instituições de ensino barreiras arquitetônicas, pedagógicas e também atitudinais que precisam ser quebradas, a fim de possibilitar a inclusão de todos os sujeitos independente das suas especificidades. Mantoan (1997), salienta que para que a inclusão se efetive é necessário um esforço efetivo visando capacitar os docentes para trabalhar com as diferenças e as diversidades em salas de aula.

Neste sentido, não basta apenas a garantia do acesso, é preciso assegurar a permanência e a aprendizagem de todos os universitários. Embora este último aspecto seja o objetivo maior do ensino, pouco se discute sobre ele quando se trata da inclusão de estudantes com deficiência. Conforme Vygotsky (1998), os processos de aprendizagem e desenvolvimento estão intimamente relacionados, sendo que é a aprendizagem que favorece o desenvolvimento das funções superiores. Assim, é preciso garantir que os processos de aprendizagem de todos os estudantes se efetivem. Para tanto, o professor como mediador desse processo deve possibilitar uma intervenção pedagógica na qual sejam usadas estratégias de acordo com as necessidades individuais do aluno. Ao mesmo tempo, fica evidente a necessidade de uma formação que permita ao professor saberes necessários para uma atuação mais inclusiva.

Como vem acontecendo a aprendizagem de estudantes com deficiência no ensino superior? A indagação nos levou a investigar o curso de Pedagogia de uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública que tem três estudantes com deficiência. A pesquisa aconteceu por meio de projeto de Iniciação Científica, intitulado “inclusão nos cursos de licenciatura da UECE narrativas de alunos com deficiência”, projeto que resultou neste escrito, que tem por objetivo refletir sobre a aprendizagem de uma estudante do curso de pedagogia com síndrome de down, a partir da narrativa da estudante e de professores do referido curso.

Assim, o estudo apresenta um recorte de uma pesquisa maior, constando desta introdução e de mais 4 seções. Na primeira, trazemos o caminho metodológico, depois discorremos sobre a base teórica, apresentando questões relacionadas a inclusão, aprendizagem, formação de professores e ensino superior. Na seção seguinte, apresentaremos os resultados do estudo e por fim as considerações finais e referências bibliográficas.

METODOLOGIA

Esse estudo se apoia numa perspectiva qualitativa, pois pretende destacar a realidade, bem como características subjetivas dos indivíduos analisado. Segundo Godoy (1995), a pesquisa qualitativa abrange um reconhecido lugar entre as variedades de possibilidades de se estudar os fenômenos que abrangem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em vários ambientes.

A pesquisa se configura como estudo de caso, pois o estudo se volta para uma realidade específica. Para Yin (2005, p.32), o estudo de caso “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Para a produção dos dados realizamos questionários com os professores do colegiado do curso de Pedagogia de uma universidade pública. O instrumental continha questões abertas e fechada sobre o processo de aprendizado dos alunos. Juntamente com os questionários foi enviado o Termo de Consentimento Livre e esclarecido (TCLE). O instrumental foi elaborado por meio da plataforma Google formulários e foi enviado por meio de *e-mails* para os 16 (dezesseis) professores do curso de Pedagogia, somente 6(seis) deles deram devolutiva.

A pesquisa empírica envolveu ainda uma estudante universitária, do referido curso, que possui Síndrome de Down. Para entendermos como a estudante compreende seu processo de inclusão e como vem ocorrendo seu processo de aprendizagem, utilizamos de diferentes



estratégias e formas em que ela pudesse expressar-se, que envolveram relatos verbais e escritos, memórias, fotografias, vídeos, imagens, desenhos, escritas de textos, falas e depoimentos.

Vale ressaltar que a maior parte do processo de produção dos dados ocorreu por meios virtuais a partir de plataformas digitais em função do distanciamento social causado pela pandemia do Covid-19. Entretanto, anterior a esse período, foi possível um encontro presencial com a aluna e com sua responsável o que permitiu explicar os objetivos da pesquisa, os aspectos éticos e a mesma pode assinar o TCLE.

Apresentaremos a seguir, uma discussão sobre a aprendizagem e inclusão e na sequência discorreremos sobre a formação de professores.

APRENDIZAGEM E A INCLUSÃO

Falar de aprendizagem exige entender que este é um conceito complexo e que o ato de aprender envolve diversos aspectos, ao mesmo tempo exige entender que a aprendizagem não se restringe ao que é vivenciado na escola, afinal aprendemos durante toda a vida. No entanto, a escola é importante espaço de aprendizagem, exigindo uma mediação organizada por parte dos professores e no caso das pessoas com deficiência. É preciso pensar em caminhos para que a aprendizagem não seja prejudicada em função de deficiência, como postula Vygotsky (2012). Conforme Pletsch (2014), é preciso viabilizar as pessoas com deficiência meios de participação e a interação com o meio social afim de desenvolver novos modos de ser e agir.

Educação inclusiva é um conceito amplo que requer das instituições de ensino condições necessárias para atender todas as demandas dos alunos. Uma dessas condições é propiciar aos estudantes uma aprendizagem significativa e de qualidade, garantindo que suas especificidades sejam respeitadas e levadas em consideração em todas as situações. As funções Psicológicas Superiores descritas por Vigotsky (2009) como memória, percepção, atenção, fala, pensamento entre outros, não são de natureza apenas biológica, mas têm origem, essencialmente, na cultura. Sendo assim, é perceptível a necessidade do ensino não se basear na espera da maturação espontânea das citadas funções e nem se apropriar dessa maturação como condição preliminar para a aprendizagens.

De acordo com González (2007), as dificuldades de aprendizagem são construídas gerando as necessidades educacionais específicas, em razão das carências de recursos que necessitariam auxiliar e oportunizar suporte essencial aos alunos com deficiência para contribuir com a inclusão real e efetiva desses alunos tanto na escola quanto na sociedade.

Assim sendo, os espaços educacionais devem proporcionar aos educandos, sobretudo com deficiência, a inclusão em todos os aspectos desde as questões arquitetônicas até as mais específicas envolvidas no processo de ensino e aprendizagem, dando devida atenção a inclusão no planejamento de cada momento e condições de aprendizagem a todos os alunos.

É evidente que as questões biológicas influenciam e podem intervir na aprendizagem e no desenvolvimento do indivíduo. No entanto, é necessário reconhecer que as características biológicas apresentam dependência mútua com as condições de vida, das conjunturas sociais e culturais que caracterizam o cotidiano das pessoas com deficiência. As dimensões que caracterizam o ser humano, como as características biológicas, as vivências individuais e o patrimônio sociocultural devem ser considerados de maneira conjunta ao se pensar na aprendizagem e no desenvolvimento de qualquer estudante, ainda mais quando este aluno apresenta algum tipo de deficiência. (BENAL, 2010)

A educação inclusiva está relacionada com as modificações da estrutura, do funcionamento e sobretudo das respostas educativas, de maneira que se tenha lugar para todas as diferenças, quer sejam individuais, sociais, culturais e inclusive àquelas que estão associadas a alguma deficiência (Guijarro, 1998).

De acordo com Neto (2018), o papel da educação é promover uma abrangência de possibilidades onde se efetue uma inclusão de iguais e diferentes, como responsáveis pelo ensino da condição humana, ou seja; uma educação que se faça compreender e ensinar a respeitar as diferenças, tendo em vista que a diversidade é um princípio intrínseco do ser humano. Para que a inclusão se efetive, a formação de professores se apresenta como condição necessária, assunto abordado a seguir.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Em sala de aula, encontra-se uma grande diversidade de alunos, com variadas características e individualidades, ou seja; cada estudante é único, possuindo ritmos de aprendizagens diferentes, demandando do professor estratégias de ensino que der repostas as todas esses ritmos de aprendizagem e bem como respeitando o tempo de cada aluno em seu processo de aprendizagem. E ainda de acordo com Libâneo (1998), a formação recebida pelos professores influencia diretamente no desenvolvimento dos alunos, caracterizando desse modo a formação de professores com um fundamental aspecto de sucesso educacional dos estudantes.



Não se pode pensar em inclusão escolar, sem refletir sobre a formação dos professores, seja ela inicial ou continuada. Assim, para observar o processo inclusivo devemos analisar a formação dos professores, que precisa estar subsidiada de conhecimentos teóricos para que se faça concretizar toda e qualquer forma inclusiva, mas também é preciso trabalhar a dimensão subjetiva do professor, pois o sentido que ele atribui à inclusão é fundamental para que esta se realize.

Segundo Barreto e Barreto (2016), a formação é o processo inacabável que diz respeito ao conhecimento teóricos e práticos, o qual possibilita a qualificação da prática pedagógica, satisfazendo deste modo as necessidades escolares existentes.

Em relação as concepções inclusivas, a formação deve ser repensada de modo que os docentes tenham oportunidade de conhecerem e compreenderem a diversidade existente dentro de suas salas de aulas. Projetando suas aulas de acordo com as necessidades e limites de cada docente o qual será atingido com o conteúdo programado. “Deste modo, o professor deve refletir sobre o seu papel em relação à inclusão para que possa desenvolver da melhor forma possível o processo de incluir.” (BARRETO; BARRETO,2016, Pg. 2)

Apesar da necessidade de formação dos docentes estar expressa em documentos como a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) como um fator de extrema importância para a mudança, esta ainda não veem ocorrendo como deveria, o que é possível constatar facilmente nos discursos dos docentes que afirmam não ter conhecimentos suficientes para atuar com alunos da educação especial. Conforme Santana (2005), o pouco investimento em formação especializada dos educadores para trabalhar com estudantes com deficiência ainda é assunto pouco discutido em muitos cursos de graduação, mesmo em cursos de licenciaturas.

Ainda de acordo com este autor, a formação é um processo contínuo e que envolve muito mais que a presença de educadores em cursos. Ela precisa estar presente na sala de aula, levando os mesmo a refletir sobre sua prática de ensino. Buscando sempre aperfeiçoar processo de ensino e de aprendizagem, de modo que todos estejam com condições necessárias para que ocorra de fato aprendizagem.

Apresentamos no tópico seguinte, o resultado do estudo empírico, momento que ouvimos professores e uma estudante sobre o processo de aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



Para entender como está acontecendo o processo de aprendizagem da estudante com deficiência em um curso de licenciatura, ouvimos os docentes da graduação e também realizamos entrevistas com uma discente. Os dados serão analisados a partir das seguintes categorias: ações metodológicas; processo avaliativo; potencialidades e fragilidades na inclusão.

A respeito das ações metodológicas vivenciadas, os professores foram indagados se utilizam em suas aulas atividades/recursos/estratégias/metodologias diferenciadas para atender as necessidades do seu aluno com deficiência. Desses, 2 professores afirmam que não utilizam estratégias diferenciadas, levando a um apontamento de que por algum motivo estes profissionais não estão possibilitando uma real inclusão dos seus alunos e que a aprendizagem dos alunos fica comprometida pela falta de estratégias que contemplem suas necessidades. Accorsi (2016), acrescenta que não é fácil para o professor pensar em um caminho que contemple a todos os estudantes, mas a inclusão requer que as metodologias de ensino sejam repensadas. Neste sentido fica evidente a importância e a necessidade de formação docente.

Ainda sobre as propostas metodológicas 4 (quatro) dos 6 (seis) investigados, demonstram preocupação e sensibilidade em relação a aprendizagem dos conteúdos por parte dos estudantes com deficiência, o que fica evidente nessa fala:

Planejo atividades levando em conta as necessidades específicas dos alunos com deficiência, mas elas são desenvolvidas com toda a turma. Se a aluna surda está na turma, levo vídeo legendado, slides com pouca escrita, atividades que garantam que ela se expresse. Com a aluna com Síndrome de Down, planejo atividades com muitos exemplos, levo material concreto para a sala, realizo atividades vivenciais, garanto a participação dela. Porém não faço atividades específicas e entendo que em alguns conteúdos há essa necessidade.

De um modo geral, os participantes se restringiram a aprendizagem de conteúdo, não abordaram sobre a aprendizagem de forma mais ampla. Silva (2014), vem afirmar que não se pode esquecer que à medida que as aprendizagens são expostas no ambiente educacional, os diferentes momentos, espaços e oportunidades devem ser consideradas para a compreensão de sua produção.

Ao serem indagados acerca da avaliação da aprendizagem, 2(dois) educadores afirmaram que é difícil saber a precisão sobre a aprendizagem dos alunos, outros dois expressaram que não mudaram suas avaliações em função dos estudantes com deficiência. Um dos participantes afirmou que acredita ser necessário incorporar no planejamento das disciplinas e nas avaliações desenvolvidas estratégias mais adequadas e eficientes para dar conta das particularidades dos alunos com deficiência, desafio que extrapola o interesse pessoal

e esforço individual, e que é, sobretudo, um dever coletivo e institucional. É imprescindível o desenvolvimento de ações institucionais, pedagógicas e mudanças de concepções, a fim de garantir a aprendizagem significativa durante todo o percurso acadêmico de todos os estudantes.

Questionados a respeito das potencialidades e fragilidades na inclusão dos estudantes com deficiência no curso de pedagogia, os professores elencaram algumas dificuldades, mas também apontaram aspectos positivos e ações que vêm sendo realizadas no curso que têm possibilitado avanço na inclusão dos estudantes com deficiência.

Dentre as dificuldades vivenciadas no curso em relação à inclusão, os participantes ressaltaram a necessidade de formação na área, necessidade de maior investimento por parte da instituição em recursos, tecnologia e pessoal e a indiferença de alguns colegas sobre o tema. Vejamos o que esta professora relata:

A estrutura organizacional precisa oferecer mais condições para que o aluno não apenas tenha acesso ao ensino superior, mas que permaneça e tenha uma formação de qualidade. Hoje a universidade disponibiliza os intérpretes, garantido por lei, mas as diversas ações acontecem de forma pontual, dependem de cada professor

Diante esse relato Freitas (2005), vem complementar que no ensino superior a prática docente voltada para os alunos com deficiência necessita de ações compartilhadas capazes de orientar o professor na formação de sujeitos, reconhecendo a diversidade em todos os espaços, valorizando a inclusão enquanto processo que reconhece e respeita diferentes identidades. As potencialidades apontadas pelos docentes fazem referência, principalmente, ao envolvimento do grupo, o desejo de aprender, a consciência de que é preciso oferecer aos licenciandos uma formação mais inclusiva e a garantia de intérpretes para a estudante surda. Uma participante apontou:

Atualmente temos 3 alunos com deficiência e tem sido um aprendizado constante, no entanto, muita coisa a se tem por fazer. O colegiado tem demonstrado sensibilidade com as questões relativas aos estudantes com deficiência, alguns professores demonstram desejo de ampliar seus conhecimentos e assim implementar mudanças em sua prática docente. Esse grupo tem pensado, planejado e avaliado algumas ações, que nem sempre se efetivam, por muitas questões. Também considero positivas as mudanças implementadas na reformulação do PPC

Os professores retratam o quão ainda é necessário galgar no terreno da inclusão. Mesmo eles trazendo o fato de alguns avanços, expressam sobre a carência de formação nessa área da inclusão, o que se distancia das diversas leis e autores que afirmam sobre a importância da formação para que de fato a inclusão se efetive. No entanto, os professores revelam um desejo de ampliar seus saberes para uma atuação mais inclusiva.

Em destaque Chahini (2010), explica que é indispensável que com o ingresso de estudante com deficiência, as instituições busquem desenvolver políticas institucionais que possibilitem identificar suas necessidades educacionais, e ainda qualifique seu corpo docente para que permitam acesso ao conhecimento acadêmico a esses discentes, impedindo a evasão por falta de condições de suportes adequados e por carência de condições sociais nas instituições.

Cabe salientar que o questionário foi enviado a todos os professores, no entanto, muitos não responderam, o que pode ser encarado como uma resposta não positiva para os termos inclusivos da instituição. Não falar, omitir-se, ocultar-se da temática também é uma forma de expressar a pouca importância que se atribui ao assunto, o que indica que a inclusão não está caminhando na intensidade que deveria.

Ouvimos uma estudante com deficiência da instituição indagando sobre o seu processo de inclusão, sua visão e suas experiências no ensino superior. O resultado do estudo aponta que para esta estudante a ideia de inclusão ainda é muito vaga e superficial. Ela percebe a inclusão restrita a questões arquitetônicas, e ainda tem dificuldades em identificar a inclusão através de ações atitudinais e pedagógicas. Conforme expressa “está tudo ótimo”, afirmativa que diverge da fala dos docentes pesquisados que apontaram diversos desafios a serem superados.

Em se tratando da aprendizagem de conteúdos, a estudante não fez menção, no entanto em suas falas fica nítido os ganhos na aprendizagem, quando se expressa oralmente, demonstrando um vocabulário rico, com termos próprios da área da educação. Também foi possível identificar avanços em alguns aspectos de sua subjetividade como a conquista de mais autonomia, mais confiança, independência, buscando novos objetivos e fazendo projetos. Tais elementos evidenciam que a universidade tem contribuído positivamente em mudança de comportamento e em ganhos pessoais, caracterizando como um importante fator que favorece para aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

CONCLUSÃO

O estudo empreendido expressa as vivências de um curso específico, no entanto, entendemos que esta realidade é vivenciada por muitas outras universidades, quando a efetivação da inclusão dos estudantes com deficiência, ainda acontece em meio a inúmeros desafios. As falas dos professores evidenciam que os mesmos ainda carecem de maior



conhecimento sobre o tema, revelando dificuldades no processo de ensino, o que reflete direta e indiretamente na aprendizagem dos alunos com deficiência. No entanto, compartilharam algumas iniciativas e ações vivenciadas no curso, que denotam avanços e o desejo de que a inclusão aconteça.

A inclusão é ainda na instituição de ensino superior, algo desejável, mas não concretizado, o que foi confirmado nas falas dos professores, que expõem uma realidade por eles vivenciadas. Assim sendo, os docentes compreendem a importância de uma educação inclusiva, no entanto muitos são os desafios encontrados nos percursos, que vão desde questões mais internas como questões mais amplas. Também foi possível evidenciar que embora o contexto ainda careça de muitas mudanças, a estudante investigada vem conseguindo ganhos em seu processo de aprendizagem.

Considerando que as universidades são lócus de formação docente, essa deve possibilitar a construção de mudanças para que a educação possa se tornar de fato inclusiva, garantindo a todos o direito de aprender e ter uma formação de qualidade.



REFERÊNCIAS

ACCORSI, M. I. **A Inclusão do Estudante com Deficiência Intelectual na Educação Superior do Ifrs Bento Gonçalves: Um Olhar Sobre A Mediação Docente.** Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2016.

BARRETO, K. C. C.; BARRETO, W. P. **A formação dos professores e a inclusão escolar.** 2016 *Ciclo Revista (ISSN 2526-8082)*, 1(2).

BERNAL, C. M. F. "**Desenvolvimento e Aprendizagem dos alunos com deficiência: Subsídios da Abordagem Histórico-Cultural.**" *POLÊM! CA* 9.1 (2010): 84-91.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior.** Secadi/Sesu-2013. Brasília/DF, 2013.

CHAHINI, T. H. C. **Atitudes sociais e opiniões de professores e alunos da Universidade Federal do Maranhão em relação à inclusão de alunos com deficiência na educação superior.** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

FREITAS, S. N. (Org). **Educação inclusiva e necessidades educacionais especiais.** Santa Maria. Ed. UFSM, 2005.

GONZÁLEZ, E. **Necessidades educacionais específicas.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

GODOY, A.S. **Introdução á pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** RAE. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.35, n.2, p.57-63, 1995.

GUIJARRO, R. **Aprendendo en la diversidad: Implicaciones educativas.** In *Atas do III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial* (pp. 33-17). Foz do Iguaçu, PR. 1998

MANTOAN, M.T.E. **Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha.** Educação(PUC/RS), Porto Alegre / RS, v. XXIX

_____, **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

NETO, Agésilau mo de Carvalho et al. **Nuances da Inclusão no ensino superior : inclusão e a diversidade no ensino superior A.** Organização Terezinha Teixeira Joca ; MUNGUBA, Marilene Calderado; Débora Rocha Carvalho; Nátalia dos Santos Almeida; Evelyn Cristine Freitas e Silva =- Jundiaí- SP: Paco Editorial,2018

PLETSCH, Marcia Denise. **A escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil: da institucionalização às políticas de inclusão (1973-2013).** Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 22, p. 1-25, 2014

SILVA, Jefferson. **Ações inclusivas no ensino superior brasileiro**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 95, n. 240, 2014.

SANT'ANA, IZABELLA MENDES. **Educação inclusiva: concepções de professores e diretores**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, mai./ago. 2005

VIGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente**. 6ª edição. São Paulo, SP. Martins Fontes Editora Ltda, 1998.

VIGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas – V. Fundamentos de defectologia**. Moscou: Editorial Pedagógica, 2012.

YIN, R. K. **Estudo de caso : planejamento e métodos**. Porto Alegre, RS: Bookman. 2005.